

**ATA**

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte reuniu, por videoconferência, o executivo camarário, com a participação dos Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Adelina Paula Mendes Pinto, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Alberto Vieira Fernandes, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e Hugo Miguel Alves Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora de Departamento, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1. Vereador André Coelho Lima – a) – Começou por dizer que o executivo camarário reunia hoje por videoconferência, num exemplo de medidas que estão a ser implementadas no sentido de combater uma pandemia que agora assola especialmente o sul da Europa. Disse estar a ser vivido um momento diferente em que são conferidos ao Estado poderes excecionais de suprimir direitos e garantias dos cidadãos, exigindo-lhes responsabilidades. Felicitou o Presidente da Câmara Municipal pela divulgação diária da evolução epidemiológica em Guimarães, designadamente quanto ao número de casos positivos de infeção pelo novo coronavírus, permitindo, assim, uma comparação objetiva com os dados relativos a outros concelhos do distrito e do país; **b)** – Referiu a necessidade de ser criada uma unidade de rastreio de deteção de SARS - CoS-2 (COVID - 19) em Guimarães, uma doença que, por si só, não é letal mas que,

associada a outras patologias clínicas do paciente, pode levar à morte; c) – Referiu alguns comportamentos desviantes às medidas de imposição de isolamento social e de confinamento tomadas no âmbito do Estado de Emergência nacional, para tentar conter a disseminação do novo coronavírus, como os que aconteceram ontem na marginal da Póvoa de Varzim, mas também na ciclovia, em Guimarães, dizendo que era importante uma ação da Câmara Municipal para dissuadir aqueles comportamentos; d) – Referiu os Lares de Idosos e os perigos a que estão sujeitos, salientando a importância de existir um Plano de Contingência e de atuação diária. Recomendou que a Câmara Municipal coordenasse o processo no que diz respeito aos Planos de Contingência, que deveriam ser certificados pela entidade de saúde competente. -----

2. Vereador António Monteiro de Castro – Disse querer retomar a ideia apresentada pelo Vereador André Coelho Lima no que respeita aos Lares de Idosos, reiterando a importância de existir um conjunto de procedimentos que protejam os utentes da contaminação por COVID-19 e da existência de uma entidade que possa assumir a coordenação dos Planos de Contingência das diferentes instituições. -----

3. Vereador Bruno Fernandes – a) - Quis reiterar o que havia já transmitido ao Presidente da Câmara, referindo que o papel da oposição nesta fase é de contribuição e ajuda, mostrando-se solidária com todo o trabalho que seja realizado pela Autarquia no sentido de minimizar os impactos da pandemia no Concelho. Reforçou a disponibilidade para apoiar medidas de maior rigor que permitam controlar o contágio e apoiar os cidadãos num momento de especial necessidade. A propósito, revelou abertura para que as sessões da Assembleia Municipal possam realizar-se apenas com os líderes parlamentares, considerando não ser, porventura, possível, tecnicamente, a videoconferência com todos os membros daquele órgão autárquico; b) -



L1.

Disse que era importante antecipar decisões, considerando que, embora a prioridade seja a saúde, há outra questão que o preocupa, concretamente as consequências que a pandemia irá trazer no tecido económico do concelho, apelando a que a Câmara Municipal, no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Ave (CIM do Ave), prepare respostas de apoio económico, a par dos mecanismos de apoio que o Governo já anunciou que vai criar. A este propósito, defendeu uma concertação ao nível da CIM do Ave com a criação de um Gabinete de Crise Intermunicipal cujo objetivo passe pela definição de uma estratégia, preparando respostas que possam ser implementadas no território, por exemplo, ao nível do Imposto Municipal sobre Imóveis, Derrama e redução de taxas de prestação de serviços. c) - Disse querer deixar uma nota em relação à Educação numa altura em que os alunos começaram a ter aulas à distância, para tentar controlar a disseminação da Covid-19, referindo existir um número alargado de estudantes que não têm computadores nem internet em casa, perguntando se a Câmara Municipal tinha já esta informação e alguma medida pensada neste âmbito. -----

4. Vereador Ricardo Araújo – Disse não ter nenhuma intervenção prevista no período antes da ordem do dia, tendo informado o Presidente da Câmara que às 11:00 horas teria de terminar a sua participação na reunião por motivos de ordem profissional, uma vez que iria participar numa outra reunião, igualmente por videoconferência. -----

5. Vereador Hugo Ribeiro – Cumprimentou os presentes desejando que todos estivessem bem. Disse que o mundo tinha mudado e que teríamos todos de nos reorganizar aproveitando para partilhar preocupações decorrentes da análise da curva epidemiológica no nosso país que apresenta um crescimento progressivo, prevendo-se que seja exponencial até ser atingido o pico em meados do próximo mês. Alertou, ainda, para a

possibilidade de ocorrer um novo surto até ao final do presente ano decorrente das medidas de isolamento social que estão a ser tomadas e que não permitem a imunidade de grupo. Assim, e porque se trata de um problema que acompanhará a sociedade nos próximos dois anos, referiu a importância da ação das Juntas de Freguesia no trabalho de proximidade e de acompanhamento de grupos de risco. Elogiou o reforço do orçamento da Proteção Civil em um milhão de euros, considerando que metade desse valor deveria ser transferido para as freguesias para o desenvolvimento de ações e iniciativas de proteção dos cidadãos. Em alternativa a esta proposta, sugeriu uma dotação suplementar de 500 mil euros para as freguesias vimaranenses pela importância do trabalho de proximidade que realizam. ---

6. Vereadora Adelina Paula Pinto – Disse que a falta de equipamento tecnológico por parte dos alunos é naturalmente um aspeto preocupante, estando a direção das escolas a acompanhar a situação no sentido de sinalizar quem necessita de equipamento informático. Acrescentou que, para o efeito, está a ser equacionada a entrega de 500 tablets aos alunos das EB 1 do Concelho. No que respeita às Juntas de Freguesia disse que tem estado com a Vereadora Paula Oliveira a coordenar o trabalho de proteção social, considerando que a sobreprodução, neste caso, pode ser contraproducente, privilegiando-se o trabalho em rede das diferentes instituições. -----

7. Vereador Ricardo Costa – **a)** - Disse querer também referir as questões relacionadas com a vulnerabilidade dos Lares de Idosos realçando a importância dos Planos de Contingência, para evitar que as instituições venham a ficar sem trabalhadores ao serviço, durante a pandemia do novo coronavírus; **b)** - Sobre o impacto na economia, disse ter sido lançada pelo Governo uma Linha de Crédito que permite às Pequenas e Médias Empresas (PME), cuja atividade esteja a ser afetada pelos efeitos económicos



11.

fr

resultantes do surto de coronavírus, financiarem em melhores condições de preço e prazo, as suas necessidades. Contudo, disse já ter endereçado uma comunicação ao Ministério da Economia alertando para que a operação financeira em causa não abrange todo o tecido económico, tendo considerado espectável que outros apoios venham ainda a ser aprovados pelo Governo. Disse, também, que o “Espaço Empresa”, instalado na Plataforma das Artes e Criatividade, dispõe de dois colaboradores que, por telefone, estão a orientar os empresários que solicitam ajuda. -----

8. Vereadora Paula Oliveira – Disse saber das dificuldades que têm sentido as instituições de apoio social referindo que os serviços de atendimento de dia foram reconvertidos em serviços de apoio, obrigando à formação de equipas que se deslocam às casas dos cidadãos para auxílio na alimentação, medicação e higiene. Disse que as Instituições Particulares de Solidariedade Social de Guimarães (IPSS) elaboraram os seus Planos de Contingência em articulação com a Rede Social, onde a Autarquia tem técnicos municipais, mostrando-se disponível para, em concertação com as diversas entidades, abraçar outros caminhos para se poder chegar mais longe. Disse já ter sido feita a sinalização de necessidade de material profilático por parte das IPSS, realçando, ainda, o trabalho que está a ser desenvolvido por uma rede de voluntários devidamente preparados, em articulação com a Cruz Vermelha Portuguesa, para dar apoio local sempre que necessário. -----

9. Vereadora Sofia Ferreira – Disse que o Município tem em execução o seu Plano de Contingência trabalhando na adoção de medidas preventivas, mas também de provisão de serviço público que presta. Deu conta de ações levadas a cabo pelas forças de segurança de controlo, fiscalização e vigilância no sentido de dissuadir os cidadãos de circularem nos espaços públicos, no âmbito das medidas de contenção previstas na declaração de Estado de Emergência para fazer face à Covid-19, inclusivamente na ciclovia. Por

último, referiu o reforço de limpeza e desinfeção dos espaços públicos em permanente articulação com as Juntas de Freguesia. -----

Pelas 11.00 horas o Vereador Ricardo Araújo terminou a sua participação na reunião do executivo camarário. -----

10. Vereador Fernando Seara de Sá – Disse que o caminho que está a ser seguido é o correto e o indispensável. Considerou que é preciso entender e considerar a resposta que tem sido dada pela comunidade, demonstrando maturidade e responsabilidade. -----

11. Presidente da Câmara – a) - Disse que era preciso contar com todos e que ninguém é dispensável nesta batalha contra um vírus tão agressivo. Referiu que, em primeira linha, têm estado os serviços de Proteção Civil centrando-se na prestação de serviços essenciais à comunidade em áreas como a salubridade e a limpeza dos espaços públicos, o apoio social de carácter urgente, os cuidados de saúde e de segurança da população e a estreita colaboração com o Hospital Senhora da Oliveira e o Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Ave. Manifestou reconhecimento e gratidão aos profissionais de saúde, forças de segurança, associações voluntárias de bombeiros, juntas de freguesia e profissionais que asseguram que o abastecimento alimentar decorra com normalidade. Acrescentou que o orçamento da Proteção Civil é reforçado em 1 milhão de euros, para que não falte na assistência à população e às instituições que estão empenhadas nesta luta, sem prejuízo de outros apoios que oportunamente venham a ser concedidos. Referiu o trabalho em rede com outras entidades exemplificando a recente articulação com o Presidente da União das Freguesias de Abação e Gêmeos no sentido de prestar o apoio necessário aos familiares da vítima de COVID-19 que faleceu no passado sábado, no Hospital Senhora da Oliveira, e que se encontram de quarentena. Comprometeu-se a divulgar os dados que, diariamente, lhe são fornecidos



pelos Serviços de Proteção Civil sobre a evolução do surto epidemiológico no Concelho; **b)** – Informou que, no decorrer da presente semana, será criada uma unidade de rastreio para deteção de casos de COVID – 19 junto do Pavilhão Multiusos, em articulação com a Administração Regional de Saúde do Norte; **c)** – Disse considerar que tem havido por parte da população uma grande consciência do que está a ser vivido e de como se proteger. Contudo, comunicou que, caso necessário, poderão vir a ser tomadas medidas coercivas quando não forem respeitadas as medidas de recolhimento domiciliário; **d)** – Disse que os idosos constituem neste momento uma grande preocupação pois são o principal grupo de risco da doença, mostrando-se disponível para, em sintonia com as demais entidades, coordenar os Planos de Contingência das entidades que os acolhem; **e)** - Manifestou a necessidade de criação de um Gabinete de Crise Económica em Guimarães, no sentido de acautelar as consequências que vão refletir-se também a nível económico, podendo colocar as empresas numa situação bastante difícil, devendo abranger quer os municípios do Quadrilátero Urbano, quer os da CIM do Ave, para o que disse já ter contactado com os respetivos presidentes. Disse, ainda, que a ajuda deve ser direcionada para os que mais precisam, sendo, por isso, imprescindível o papel de autarquias locais e da estrutura associativa na sinalização das situações; **f)** – Sobre o ensino à distância disse que a Câmara Municipal estava atenta, ponderando mesmo disponibilizar o equipamento informático aos alunos que não tenham possibilidades, para poderem acompanhar as atividades letivas em casa durante o período de paragem devido à Covid-19; **g)** – Agradeceu a disponibilidade e a solidariedade demonstrada pelos Vereadores da oposição. Disse estar em contacto com o Presidente da Assembleia Municipal de Guimarães, pelo que irá diligenciar no sentido de perceber se é possível, legalmente, a realização de uma sessão da Assembleia Municipal

apenas com a participação dos líderes parlamentares; h) – Elogiou e agradeceu o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelos Serviços Municipais de Proteção Civil, na pessoa da sua coordenadora municipal, a Vereadora Sofia Ferreira. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 4 de março de 2020, que adjudicou a empreitada designada por “**Reperfilamento da rua da Caldeira**” ao concorrente “Camacho Engenharia, SA” pelo preço de €490.357,21 + IVA, para um prazo de execução de 240 dias, nos termos previstos no caderno de encargos. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 9 DE MARÇO DE 2020. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CÂMARA – SURTO EPIDÉMICO COVID 19 - RESTRIÇÃO DE ACESSO ÀS REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL – Presente a seguinte proposta: “Em suas reuniões de 19 de outubro de 2017 e de 17 de outubro de 2019, a Câmara Municipal aprovou propostas respeitantes à periodicidade e ao funcionamento das reuniões de Câmara, em cumprimento do estabelecido nos artigos 40º e seguintes do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo ficado aprovado que as reuniões ordinárias da Câmara Municipal são públicas. As medidas excecionais implementadas no Município com o objetivo de acompanhar o esforço nacional de combate ao surto epidémico provocado pelo novo coronavírus, foram sendo adaptadas em função da evolução sanitária e das recomendações oficiais, e amplamente reforçadas com a declaração do estado de emergência nacional. Tais medidas visam, acima de tudo,



abrandar o ritmo de propagação do surto, única forma de assegurar que o Sistema Nacional de Saúde mantém a capacidade de tratar os casos mais graves. Neste contexto, foi recentemente publicada a Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que aprovou medidas excecionais e temporárias e de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID -19, e que prevê, no seu art.º 3.º, disposições sobre o funcionamento dos órgãos do poder local. Nos termos do n.º 1 deste artigo, as reuniões dos órgãos executivos das autarquias locais previstas para os meses de abril e maio podem realizar-se até 30 de junho de 2020, prevendo o n.º 2 que a obrigatoriedade da sua realização pública fica suspensa até à mesma data. Por fim, nos termos do n.º 3, e sem prejuízo do que referem os dois números anteriores do mesmo artigo, até 30 de junho de 2020 podem as mesmas reuniões ser realizadas por videoconferência ou outro meio digital, desde que haja condições técnicas para o efeito. Nestes termos, proponho que as reuniões ordinárias da Câmara Municipal, incluindo já a próxima reunião agendada para 23 de março de 2020, passem a ser não públicas e realizadas através de videoconferência, ficando o Gabinete de Comunicação da Câmara Municipal incumbido da sua divulgação junto do público e dos órgãos de comunicação social. Considerando a urgência desta medida, e conforme foi consensual no seio de todos os membros do Órgão Executivo, aprovo a presente proposta, submetendo-a a ratificação na próxima reunião de Câmara, nos termos do art.º 35º, do nº 3, do referido diploma legal.” **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

CÂMARA – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO NO ANO DE 2019 – Presente a seguinte proposta: “**1. Introdução** - O Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei n.º 24/98, de 26 de maio, pretende assegurar o funcionamento democrático dos órgãos eleitos, garantindo às minorias o direito de

constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos das regiões autónomas e das autarquias locais, com a licitude que lhes é provida pela constituição e pela lei. Por oposição entende-se o acompanhamento, a fiscalização e a crítica das orientações políticas do Governo ou dos órgãos executivos das regiões autónomas e das autarquias locais de natureza representativa, em moldes mais eficazes, dotando a oposição de direitos de participação em áreas fundamentais. De acordo com o n.º 1 do artigo 10.º da referida Lei nº 24/98, os órgãos executivos das autarquias locais devem elaborar, até ao final do mês de março do ano subsequente àquele a que se refiram, relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias, expondo as atividades que deram origem e que contribuíram para o pleno cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos do direito de oposição. Estes relatórios deverão ser remetidos aos titulares do direito de oposição para que sobre eles se pronunciem. De conformidade com a alínea yy), do n.º 1, do artigo 33º, do Anexo 1 da Lei n.º 75/2013, de 18 de setembro, é competência da Câmara Municipal dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição. No Município de Guimarães esta competência foi delegada no Presidente da Câmara, por deliberação do Órgão Executivo de 19 de outubro de 2017, de acordo com o previsto no artigo 34º do mesmo diploma legal. **2. Titulares do direito de oposição** - No caso das autarquias locais e nos termos do artigo 3º do Estatuto do Direito de Oposição, são titulares do direito de oposição os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não estejam representados no correspondente órgão executivo e ainda aqueles que, estando representados nos órgãos executivos, nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas,

11

bem como os grupos de cidadãos eleitores que, como tal, estejam representados em qualquer órgão autárquico. **3. Cumprimento do direito de oposição no Município de Guimarães** - No Município de Guimarães o PS é o único partido político que detém pelouros e poderes delegados. Assim, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º da aludida Lei n.º 24/98, são titulares do direito de oposição no Mandato 2017/2021, que iniciou em 19 de outubro de 2017: A **Coligação Juntos por Guimarães**, composta pelos partidos políticos PPD/PSD, CDS-PP, MPT, PPM e PPV/CDC, está representada na Câmara Municipal por **cinco vereadores (quatro vereadores do PPD/PSD e um do CDS-PP)**. Na Assembleia Municipal, a **Coligação Juntos por Guimarães**, tem a seguinte representação: **a) No período compreendido entre 1 de janeiro de 2019 e 7 de fevereiro de 2019: dezanove eleitos (treze do PPD/PSD, quatro do CDS-PP, um do MPT e um do PPM) e doze Presidentes de Junta**, tendo constituído, neste órgão deliberativo, quatro grupos parlamentares municipais (PSD, CDS-PP, MPT e PPM); **b) No período compreendido entre 8 de fevereiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019: dezanove eleitos (treze do PPD/PSD, quatro do CDS-PP, um do MPT e um independente) e doze Presidentes de Junta**, tendo mantido, neste órgão deliberativo, três dos quatro grupos parlamentares municipais: PSD, CDS-PP e MPT. O membro que representava o PPM passou a exercer o Mandato como independente. A **Coligação Democrática Unitária**, composta pelos partidos políticos PCP e PEV, está representada na Assembleia Municipal por **três eleitos**, tendo constituído, neste órgão deliberativo, um grupo parlamentar municipal; O **Bloco de Esquerda** está representado na Assembleia Municipal por **um eleito**. De acordo com o Estatuto do Direito de Oposição e para cumprimento do disposto na alínea yy) do n.º 1 do artigo 33.º e na alínea u) do art.º 35º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, de seguida relatam-se, genericamente, as atividades que

deram origem e contribuíram para o pleno cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos do direito de oposição:

3.1. Direito à informação - No decorrer do ano de 2019, os titulares do direito de oposição do Município de Guimarães foram regularmente informados pelo Órgão Executivo e pelo Presidente da Câmara, tanto de forma expressa como verbal, da atividade municipal, da tramitação dos principais assuntos de interesse público e da informação financeira do Município. Assim, aos titulares do direito de oposição foram comunicadas informações no âmbito das alíneas s), t), u), x), e y) do n.º 1 do artigo 35.º e do n.º 4 do mesmo artigo da referida Lei n.º 75/2013, a saber: Informação sobre o andamento dos assuntos de interesse público relacionados com a atividade da Câmara, a qual foi enviada a todos os membros da Assembleia Municipal antes de cada sessão ordinária daquele órgão; Resposta a todos os pedidos de informação apresentados pelos vereadores; Resposta a todos os pedidos de informação comunicados pela mesa da Assembleia Municipal; Resposta, em geral, às questões colocadas, formal ou informalmente, sobre o andamento dos principais assuntos do Município; Promoção da publicação das decisões e deliberações dos órgãos autárquicos e dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa; Remessa à Assembleia Municipal das minutas das atas das reuniões do Executivo Municipal após a sua realização e das atas das reuniões deste mesmo Órgão, após aprovação; A Câmara Municipal de Guimarães mantém atualizados os mecanismos de informação permanente sobre a gestão municipal, onde se inclui a página da internet, facilitando o acompanhamento e a fiscalização da atividade dos órgãos municipais.

3.2. Direito de consulta prévia - De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Estatuto do Direito de Oposição, foram facultados aos vereadores e aos representantes dos partidos políticos e grupos de cidadãos na Assembleia Municipal, propostas dos Planos e



11.

Orçamentos Municipais, resultando a sua aprovação dentro dos prazos legais. Foram facultadas, com a antecedência prevista na lei, por Plataforma Eletrónica (Portal do Executivo e Portal da Assembleia), as ordens de trabalho das reuniões do Órgão Executivo e das sessões do Órgão Deliberativo e disponibilizados, para consulta, todos os documentos necessários à tomada de decisão. Foi fornecida cópia desses documentos, sempre que solicitada, com meios humanos e materiais da Autarquia. **3.3.**

Direito de participação - No ano de 2019 o Executivo Municipal procedeu, atempadamente, ao envio de informações pertinentes aos vereadores da oposição. Foram igualmente dirigidos os convites aos membros eleitos da Câmara e da Assembleia Municipal, a fim de assegurar que estes pudessem estar presentes e/ou participar em atos e eventos oficiais relevantes para o engrandecimento e desenvolvimento do Concelho de Guimarães, organizados ou apoiados pela Câmara Municipal. Foi, ainda, garantida a distribuição de toda a correspondência remetida à Autarquia e destinada aos vereadores ou aos membros da Assembleia Municipal. Aos titulares do direito de oposição foi assegurado o direito de se pronunciar e intervir, pelos meios constitucionais e legais, tendo as propostas, pedidos de informação, requerimentos, declarações políticas e esclarecimentos sido tramitados nos termos legais. Foram tornadas públicas integralmente, por transcrição nas respetivas atas ou inclusão como anexo, todas as declarações de voto apresentadas. Foram disponibilizados aos membros do Órgão Executivo sem competências atribuídas espaços de trabalho no edifício dos Paços do Concelho, equipados com o material necessário ao desempenho das suas funções, designadamente material informático, de comunicações e mobiliário diverso, onde aqueles Vereadores podem reunir e receber cidadãos e entidades. **3.4 Direito de pronúncia sobre o relatório de avaliação** - De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 10.º do Estatuto do

Direito de Oposição, os titulares do direito de oposição dispõem do direito de se pronunciarem sobre o relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes no referido estatuto e, a pedido de qualquer desses titulares, pode o respetivo relatório ser objeto de discussão pública na Assembleia Municipal. **4. Conclusão** - Em face do exposto, foram asseguradas, pela Câmara Municipal de Guimarães, as condições adequadas ao cumprimento do estatuto do direito de oposição durante o ano de 2019, considerando como relevante o papel desempenhado pelo Executivo Municipal como garante dos direitos dos eleitos locais da oposição. Nestes termos, e em cumprimento do art.º 3º e do n.º 2 do artigo 10.º do Estatuto do Direito da Oposição, deve este relatório ser submetido ao Órgão Executivo e, posteriormente, enviado ao Presidente da Assembleia Municipal de Guimarães e aos representantes dos partidos políticos titulares do direito de oposição na Assembleia Municipal. Deve, ainda, este relatório ser publicado na página oficial da internet do Município.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes e Hugo Ribeiro.** -----

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DA RUA D. JOÃO I - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – RATIFICAÇÃO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 17 de março de 2020, que aprovou a repartição de encargos da empreitada em epígrafe de acordo com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “No Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2020 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de €200.00,00 destinada a suportar a despesa, com a rubrica 3.3.1.1.43. Com vista a ser adjudicada a empreitada à



1.

empresa “M. Couto Alves, S.A.” conforme proposto pelo júri do procedimento em 16 de março de 2020, pelo preço de €963.224,16 + IVA e atento o plano de pagamentos da respetiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos: Ano de 2020 - €711.159,78 + IVA = €753.829,37; Ano de 2021 - €252.064,38 + IVA = €267.188,24. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido em virtude de pertencer à equipa projetista da obra.** -----

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DA RUA D. JOÃO I – ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO – Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao concurso público identificado em assunto, em anexo, propondo que a empreitada designada por “Requalificação da Rua D. João I” seja adjudicada ao concorrente “M. Couto Alves, S.A.”, pelo preço de €963.224,16 + IVA, sendo o prazo de execução de 300 dias, nos termos do previsto no Caderno de Encargos. Mais se propõe a aprovação da correspondente minuta do contrato. O relatório final e a minuta do contrato dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido em virtude de pertencer à equipa projetista da obra.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE PONTE - OFERTA DE TRÊS BANDEIRAS – Presente a seguinte proposta: “Vem a Freguesia de Ponte solicitar a disponibilização de três bandeiras de Guimarães, destinadas a serem hasteadas na futura biblioteca de Ponte, na Universidade Júnior e Sénior de Ponte e bem como no Auditório da Junta de Freguesia de Ponte. Informa-se que existem nos Serviços bandeiras do Município disponíveis para este efeito, cujo custo unitário se cifrou em €19,50 + IVA. Nesta conformidade,

proponho a oferta de três bandeiras de Guimarães à Freguesia de Ponte.”
DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

URBANISMO – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CONDE E GANDARELA - CERTIDÃO DE INTERESSE PÚBLICO PARA EFEITOS DE INSTRUÇÃO NA RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL – Presente a seguinte informação: “Em resposta ao NIPG 12084/20, a União de Freguesias de Conde e Gandarela solicita a emissão de declaração que ateste a viabilidade da pretensão, de forma a instruir um pedido de autorização de inutilização de solo agrícola junto da respetiva tutela. O requerente tem como pretensão a criação de um espaço multifuncional, de natureza pública, no qual prevê a construção de uma área de utilização coletiva aberta destinada à população das freguesias de Conde e Gandarela. É também prevista a construção de um volume destinado às funções complementares da proposta (instalações sanitárias, arrumos, serviços, entre outros). O terreno em causa, sito na rua Virgínia Moura (EN 105), união de freguesias de Conde e Gandarela, está classificado, de acordo com o PDM (Plano Diretor Municipal), como **solo rural – Espaços Agrícolas**, sendo confrontante com uma frente urbana, classificada como solo urbanizado – Espaços Residenciais. De acordo com o art.º 47, ponto 1, alínea d) do Plano Diretor Municipal, admite-se a edificação de equipamentos de interesse público, cuja localização em espaços agrícolas se justifique pela natureza ou pelo contexto do povoamento existente, caso se verifique a autorização prévia de inutilização do solo agrícola da entidade tutelar competente. Situado junto dos principais equipamentos da freguesia (Igreja, capela de Santa Luzia, cemitério, centro paroquial, sede de junta de freguesia, entre outros) e compreendido na área central da mesma, julga-se que a proposta integra a estratégia municipal de nuclearização das áreas centrais das vilas,



1.

fr

reforçando o conjunto já existente. Assim, entende-se que a proposta apresentada é passível de viabilização, revelando-se de interesse público para a freguesia de Conde, pelo que deverá ser instruído pedido de autorização de inutilização de solo agrícola junto da respetiva entidade tutelar competente.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

REGULAMENTOS – REGULAMENTO MUNICIPAL - INÍCIO DE PROCEDIMENTO PARA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE –

Presente a seguinte informação: “Os serviços municipais da Divisão de Ação Social pretendem dar início ao procedimento tendente à alteração do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Para esse efeito, e nos termos dos art.ºs 97.º a 101.º (quanto ao procedimentos de elaboração), e art.ºs 139.º a 144.º (quanto à eficácia dos regulamentos) do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, deve ser submetida uma proposta a reunião de Câmara, para que esta delibere a abertura do procedimento tendente à alteração daquele Regulamento e posterior aprovação pelos órgãos do Município. A publicitação da iniciativa procedimental será efetuada no sítio institucional do Município, sendo que os interessados deverão constituir-se como tal, no procedimento, no prazo 10 dias úteis, a contar da data da publicitação de aviso no “site” deste Município, com vista a apresentar os seus contributos para a elaboração da alteração do mencionado Regulamento. A apresentação dos contributos para a alteração do Regulamento deve ser formalizada por escrito em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

REGULAMENTOS – REGULAMENTO MUNICIPAL - INÍCIO DE

PROCEDIMENTO PARA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE DIREITOS E BENEFÍCIOS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DE GUIMARÃES – Presente a seguinte informação: “Os

serviços do Serviço Municipal de Proteção Civil pretendem dar início ao procedimento tendente à alteração do Regulamento Municipal de Concessão de Direitos e Benefícios aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Guimarães, nomeadamente da redação dos seus art.ºs 3.º e 6.º. Para esse efeito, e nos termos dos art.ºs 97.º a 101.º (quanto ao procedimentos de elaboração), e art.ºs 139.º a 144.º (quanto à eficácia dos regulamentos) do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, deve ser submetida uma proposta a reunião de Câmara, para que esta delibere a abertura do procedimento tendente à aprovação daquele Regulamento, para posterior aprovação pelos órgãos do Município. A publicitação da iniciativa procedimental será efetuada no sítio institucional do Município, sendo que os interessados deverão constituir-se como tal, no procedimento, no prazo 10 dias úteis, a contar da data da publicitação de aviso no “site” deste Município, com vista a apresentar os seus contributos para a elaboração do mencionado Regulamento. A apresentação dos contributos para a elaboração do Regulamento deve ser formalizada por escrito em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PROPOSTA PARA ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS - CONCURSO PÚBLICO N.º

4/20 – Presente a seguinte informação: “Submete-se, para aprovação superior, a abertura do procedimento identificado em epígrafe e a minuta dos anúncios, anexos, à presente informação. As peças do procedimento foram aprovadas pela Câmara Municipal em 09/03/2020. **1. Objeto:**



L.

Concurso público para a concessão de serviço público de transporte rodoviário de passageiros. **2. Período de vigência:** 10 anos com início em janeiro de 2021. **3. Preço base:** €30.905.319,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor (6%), calculado em conformidade com o estudo de viabilidade económico-financeiro, elaborado no âmbito da determinação do plano para a exploração do serviço público de transporte rodoviário de passageiros no concelho de Guimarães. **4. Classificação económica:** 020225. **5. Cabimento orçamental:** A despesa referente ao ano de 2021 será cabimentada. **6. Procedimento:** Concurso Público previsto no n.º 1, artigo 31.º do Código dos Contratos Públicos. **7. Entidade adjudicante:** Município de Guimarães. **8. Órgão com competência para a decisão de contratar:** Câmara Municipal. **9. Gestor do contrato:** Susana Maria Pimentel Fernandes Baptista, Dirigente do Gabinete de Mobilidade. **10. Júri: Efetivos: Presidente** – Anabela Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro e de Desenvolvimento Económico; **Vogais:** - Elsa Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Jurídica; - Rui Castro, Chefe da Divisão de Mobilidade e Transportes; **Suplentes: Presidente** - Elsa Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Jurídica; **Vogais:** - Sónia Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos; - Susana Baptista, Dirigente do Gabinete de Mobilidade. **11. Repartição de encargos:** Considerando que o contrato implica despesas plurianuais, a Câmara Municipal deliberou em 09/03/2020 aprovar, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, a correspondente repartição de encargos, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, nos seguintes termos: - Ano 2021: €2.575.744,00 + IVA (6%); - Ano 2022: €2.904.219,00 + IVA (6%); - Ano 2023: €2.962.303,00 + IVA (6%); - Ano 2024: €3.021.549,00 + IVA (6%); - Ano 2025: €3.081.980,00 + IVA (6%); - Ano 2026: €3.143.620,00 + IVA (6%); - Ano 2027: €3.206.492,00 + IVA (6%); - Ano 2028: €3.270.622,00 + IVA (6%); - Ano 2029: €3.336.035,00 + IVA (6%); - Ano 2030:

€3.402.755,00 + IVA (6%). Propõe-se que os esclarecimentos sejam delegados no Júri do concurso. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR EM CARREIRA PÚBLICA - ANO LETIVO 2020/2021 (CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA NOS TERMOS DO Nº 1, ART.º 5º DO CCP) –

Presente a seguinte informação: “**1. Objeto:** Aquisição de serviços de transporte escolar em carreira pública dos alunos matriculados nos ensinos básico e secundário. **2. Considerandos:** a. Por deliberação de Câmara de 24 de fevereiro de 2020, foi aprovado o Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2020/2021. Por forma a dar execução àquele Plano, é agora necessário dar início aos procedimentos respetivos; b. A presente informação diz respeito à aquisição de serviços de transporte de alunos em carreira pública. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que a Câmara Municipal autorize a celebração dos contratos de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a. O objeto dos contratos é a aquisição de serviço de transporte escolar em carreira pública, sendo, para o efeito, contratadas as empresas de transporte coletivo Arriva Portugal, Transportes Lda., Transdev Norte, SA; REDM – Rodoviária Entre D’Ouro e Minho; Auto-Viação Landim, Lda.; Transurbanos de Guimarães – Transportes Públicos Lda., por se tratar de circuitos em que as entidades operam em regime de exclusividade. B. A despesa anual estima-se em €1.992.020,09, à qual acresce IVA à taxa legal em vigor, e repartida da seguinte forma: -----

Empresa	setembro a dezembro de 2020				
	Ensino Básico			Ensino secundário	Total
	1º CEB	2º CEB	3º CEB		
Arriva	€302,64	€58.720,57	€99.899,25	€108.101,70	€267.024,15
TUG	€1.415,47	€35.249,81	€63.106,04	€125.566,04	€225.337,36
Auto-Viação Landim	€0,00	€9.610,19	€13.747,42	€6.755,66	€30.113,77



11.

Transdev	€0,00	€35.236,98	€59.572,45	€63.085,28	€157.894,72
REDM	€0,00	€14.260,75	€20.169,25	€9.570,94	€44.000,94
Empresa	janeiro a julho de 2021				
	Ensino Básico			Ensino secundário	Total
	1º CEB	2º CEB	3º CEB		
Arriva	€529,62	€102.760,99	€174.823,68	€189.177,97	€467.292,26
TUG	€2477,08	€61.687,17	€110.435,57	€219.740,57	€394.340,38
Auto-Viação Landim	€0,00	€16.817,83	€24.058,87	€11.822,41	€52.699,10
Transdev	€0,00	€61.664,72	€104.251,79	€110.399,25	€276.315,75
REDM	€0,00	€24.956,32	€35.296,18	€16.749,15	€77.001,65

a. A despesa produz efeitos em dois anos económicos, pelo que deverá a repartição de encargos ser submetida a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e do art.º 25.º do regulamento de Execução Orçamental de 2020. b. A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.1.2.57 do ano 2020, pelo que é necessário instruir o processo com os documentos de cabimento e compromisso para ulterior aprovação dos órgãos competentes. c. Nos termos do n.º 1, do art.º 5.º do CCP não há lugar a procedimento de formação de contrato (procedimento concursal) por se tratar de contratação excluída, na medida em que a taxa de atualização ao preço unitário dos títulos de transporte foi fixado pelo Município de Guimarães, nos termos do n.º 2, do art.º 6.º, e do n.º 2, do art.º 7.º, da Portaria n.º 298/2018, de 19 de novembro, na sua versão atual, e dos art.º 8.º e 9.º do Regulamento 430/2019, de 16 de maio. e. Informa-se que não se pode cumprir o requisito previsto na al. a), do n.º 1, do art.º 63º da Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro, diploma que aprovou o Orçamento de Estado para 2019, em vigor ao abrigo do Decreto-Lei n.º 176/2019, de 27 de dezembro, diploma que aprovou o regime transitório de execução orçamental, previsto no artigo 12.º-H da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, uma vez que os valores que se prevê gastar em 2020 são superiores aos valores gastos no ano

anterior, considerando a atualização tarifária no transporte coletivo de passageiros e a assunção na íntegra do custo do título de transporte dos alunos do ensino secundário. f. Assim, nos termos do n.º 4, do art.º 63 da LOE (Lei do Orçamento de Estado) de 2019, deve solicitar-se que a Câmara Municipal enquanto entidade com competência para autorizar esta despesa, em função do valor do contrato, autorize a dispensa do cumprimento no disposto no n.º 1 daquele artigo. g. A gestora do contrato é Rufina Macedo, Técnica da Divisão de Educação, nos termos do art.º 296.º-A do CCP e do n.º 2, do art.º 29 do Regulamento de Execução Orçamental de 2020.” Os cadernos de encargos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, AUTORIZAR A CELEBRAÇÃO DOS CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS. DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – AMAVE - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE - PROPOSTA DE EXTINÇÃO, POR DISSOLUÇÃO – Presente a seguinte proposta: “A Associação de Municípios do Vale do Ave, adiante AMAVE, fundada em 1991, foi uma organização fundamental para o desenvolvimento económico, social, e até político, da região do Ave. Esta Associação, a que os Municípios aderiram espontânea e voluntariamente, contribuiu para o desenvolvimento do território, conquistando inclusive notoriedade internacional. É incontornável o facto de que se hoje se denomina esta região como “do Ave” – região no sentido da sua ampla definição, não resumida apenas aos limites geográficos, mas alargada à comunhão de questões de natureza histórica, identitária, de continuidade social, económica e política – garantidamente, uma parte se deve ao papel da AMAVE. Não seria justo não recordar aqui, pelo menos, as ações mais emblemáticas desta Associação como sejam as escolas construídas, a Via



11.

Intermunicipal, os Sistemas de Gestão de Resíduos e de Saneamento que foram o lastro de dois dos maiores sistemas ibéricos do género (RESINORTE, SA e ÁGUAS DO NORTE, SA, respetivamente), a fundação do TRIAVE (por várias vezes considerado o melhor Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo do País) e, ao nível internacional, a fundação da ACTE – Associação das Coletividades Têxteis Europeias, com sede em Guimarães, sendo atualmente uma organização com reconhecimento internacional no seu âmbito de intervenção. A AMAVE foi, assim, uma organização de importância relevante para o desenvolvimento do território. Entretanto, considerando que: 1. Em 2009 foi criada a Comunidade Intermunicipal do Ave; 2. A AMAVE, desde então, teve municípios Associados que passaram a integrar a CIM do Ave ou a Área Metropolitana do Porto; 3. A partir deste momento (2009), a AMAVE deixou de ser uma Associação de Municípios de Fins Gerais passando a Fins Específicos vendo reduzido o seu potencial enquanto entidade agregadora de interesses intermunicipais, atendendo ao desenho das novas NUTs III e, conseqüentemente, à capacidade que teria e tem de captar financiamento; 4. Com base na razão ora enunciada, da data mencionada em 1 em diante alguns dos municípios associados, designadamente Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso e Trofa, abandonaram esta Associação; 5. Os interesses e ação política se têm, desde então, focado essencialmente nestas novas estruturas (CIM do Ave e Área Metropolitana do Porto), sendo através delas que os municípios realizam muitos dos seus projetos; 6. O objeto da Associação é atualmente reduzido atendendo a que, por exemplo, áreas como a de gestão de resíduos ou saneamento estão sob alçada de concessões; 7. O assunto “extinção” tem sido um tema abordado com frequência; 8. A decisão de extinção tem vindo a ser responsabilmente adiada por motivos relacionados com a resolução de problemas pendentes, em particular alguns referentes à cobrança de dívidas das quais a Associação

é credora; 9. Considera-se chegado o momento em que as questões fundamentais estão devidamente acauteladas e, na maior parte dos casos pendentes, não resta senão aguardar por decisões judiciais, sendo por isso que os órgãos próprios da Associação deliberaram no sentido da sua extinção. Assim, propõe-se que a Câmara Municipal: 1. Tome conhecimento da comunicação da decisão de extinção da AMAVE por parte dos Órgãos daquela Associação, conforme documento em anexo (Doc. 1); 2. Aprovar submeter à Assembleia Municipal a decisão de extinção da AMAVE, deliberada na respetiva Assembleia Intermunicipal, conforme o preceituado no n.º 7 do artigo 16.º dos seus Estatutos; 3. Aguarde a apresentação, por parte da AMAVE, do respetivo acordo de dissolução, para efeitos de ulterior apreciação e deliberação.” O referido documento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** O Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto e Ricardo Costa não participaram na discussão e na votação da proposta por se considerarem impedidos, uma vez que pertencem aos órgãos sociais da entidade. A Vereadora Paula Oliveira assumiu a presidência da reunião durante o período de discussão e votação da proposta. -----

CULTURA – PRÉMIO DE HISTÓRIA ALBERTO SAMPAIO – EDIÇÃO DE 2020 – TRANSFERÊNCIA DE VERBA – Presente a seguinte proposta: “Em 12 de novembro de 2015, a Câmara deliberou aprovar um novo protocolo para instituição do Prémio de História Alberto Sampaio e submeter à aprovação da Assembleia Municipal o novo regulamento do referido prémio, o que veio a suceder em sessão realizada em 18 de dezembro de 2015. Nos termos de tal protocolo, as entidades instituidoras do prémio passaram a ser os Municípios de Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão, assim como a Sociedade Martins Sarmento, tendo sido atribuída a sua direção científica à



11.

Academia das Ciências de Lisboa, entidade que, por outro lado, assumiria a gestão financeira do projeto, recebendo as participações dos municípios e liquidando as despesas e prémios resultantes da aplicação do Regulamento. Sucede que, decorrida a primeira edição do renovado Prémio de História Alberto Sampaio, a Academia das Ciências de Lisboa informou as entidades instituidoras do prémio da sua indisponibilidade para continuar, conforme previa a cláusula terceira do protocolo de cooperação, como entidade gestora dos fundos do Prémio de História Alberto Sampaio, alegando razões do foro interno e de gestão de ativos financeiros, mantendo, contudo, disponibilidade para continuar a assegurar a tutela científica, conforme consta da cláusula quarta. Nesta sequência, foram efetuados contactos entre as entidades instituidoras e resultou consensual entre os Municípios a proposta para que passasse a Sociedade Martins Sarmento a assumir a responsabilidade pela gestão dos fundos financeiros referentes à organização e atribuição do Prémio de História Alberto Sampaio, tendo a mesma Sociedade manifestado disponibilidade para aceitar esta incumbência. Nesta conformidade, a Câmara Municipal aceitou esta alteração por deliberação de 27 de abril de 2017. Assim, nos termos desta deliberação, proponho que a Câmara delibere transferir para a Sociedade Martins Sarmento a verba de €4.000,00, destinada a satisfazer os encargos decorrentes das despesas de organização, pagamento dos encargos com os membros do Júri e prémios relativos à edição de 2020 do Prémio de História Alberto Sampaio, tal como resulta das obrigações assumidas pelo Município no protocolo que instituiu o prémio Alberto Sampaio.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DIVERSOS – PEDIDO DE REEMBOLSO DE 20% DO IMI - REGULAMENTO MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE DIREITOS E BENEFÍCIOS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DE GUIMARÃES - LUÍS FILIPE DA SILVA

MATOS ANDRADE – Presente a seguinte informação: “O Regulamento Municipal de Concessão de Direitos e Benefícios aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Guimarães, publicado no Diário da República, 2ª Série – n.º 121, de 26/06/2017, em vigor desde 27/06/2017, tem como objeto, de acordo com o estabelecido no seu artigo 2º, “...estabelecer os direitos e benefícios sociais a conceder pelo Município de Guimarães aos bombeiros voluntários das corporações existentes no concelho”, definindo ainda o seu artigo 3º que “para efeitos de aplicação do presente Regulamento, consideram-se bombeiros os indivíduos que, integrados de forma voluntária no corpo de bombeiros das associações legalmente constituídas – atualmente a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários das Caldas das Taipas...”. Conforme disposto no artigo 6º deste Regulamento, os bombeiros têm direito ao reembolso de 20% do Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI, referente aos prédios urbanos localizados na área do concelho de Guimarães, destinados à sua habitação própria e permanente. Ao abrigo desta disposição legal, vem o Sr. **Luís Filipe da Silva Matos Andrade**, na qualidade de Bombeiro Voluntário na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães, solicitar o reembolso de 20% do IMI que pagou no ano de 2018 respeitante ao ano de 2017, atinente ao prédio onde reside, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Creixomil sob o artigo 2775-S. De acordo com a prévia análise efetuada pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, o bombeiro em causa reuniu as condições para a atribuição Cartão Municipal de Identificação do Bombeiro. Analisado o processo, e conforme documentos apresentados, verifica-se que o domicílio fiscal do requerente corresponde à morada do prédio inscrito sob o artigo urbano 2775-S, da freguesia de Creixomil, e comprova-se que no ano de 2018 foi pago o valor de total de **€248,33** relativo ao IMI de 2017.



21.

Assim, nos termos da alínea b), n.º 1, do artigo 6º do Regulamento Municipal de Concessão de Direitos e Benefícios aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Guimarães, o requerente tem direito ao reembolso de 20% do Imposto Municipal sobre Imóveis do prédio destinado à sua habitação própria e permanente, a que corresponde ao valor de **€49,67**. Em face do exposto, deverá submeter-se a deliberação do órgão executivo autorização para o reembolso de **€49,67** (quarenta e nove euros e sessenta e sete cêntimos) ao bombeiro voluntário **Luís Filipe da Silva Matos Andrade**, ao abrigo do referido Regulamento. A presente despesa encontra-se cabimentada sob a proposta de cabimento nº 1515/2020, com o compromisso nº 1465/2020. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E CINQUENTA E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----

